



PARECER PRÉVIO Nº 48/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1985/2011.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Anamã
- 4- **Exercício:** 2010
- 5- **Responsável:** Raimundo Pinheiro da Silva (Prefeito Municipal)
Jecimar Pinheiro Matos (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Allan Pinheiro Pessoa Coelho - OAB/AM N.º 10.904, Maiara Cristina Moral da Silva - OAB/AM N.º 7.738 e Ana Paula de Freitas Lopes - OAB/AM n.º 7495
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho 128/2018, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Anamã. Exercício de 2010.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas da Prefeitura Municipal de Anamã, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Raimundo Pinheiro da Silva, no período de 01/01 à 21/11/2010, com fundamento nos art. 127, da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, III, da Resolução TCE 09/97;
- 10.2. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas da Prefeitura Municipal de Anamã, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Jecimar Pinheiro Matos, no período de 22/11 à 31/12/2010, com fundamento nos art. 127, da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, III, da Resolução TCE 09/97;



PARECER PRÉVIO Nº 48/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- **Ata:** 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- **Data da Sessão:** 21 de Novembro de 2018
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).
13.1. **Declaração de Impedimento:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (art. 65 do Regimento Interno).
14- **Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente, em sessão

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO

Conselheiro-Convocado

ALIPIO REIS FIRMO FILHO

Conselheiro-Convocado

JOAO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 48/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 48/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 1985/2011.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Anamã
- 4- **Exercício:** 2010
- 5- **Responsável:** Raimundo Pinheiro da Silva (Ordenador de Despesa), Jecimar Pinheiro Matos (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Allan Pinheiro Pessoa Coelho - OAB/AM N.º 10.904, Maiara Cristina Moral da Silva - OAB/AM N.º 7.738 e Ana Paula de Freitas Lopes - OAB/AM n.º 7495
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 211447.27032018.0, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Anamã. Exercício de 2010.

Irregularidade. Multa. Alcance. Concessão de Prazo.
Recomendação. Determinação. Ciência.
Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Anamã, exercício 2010, de responsabilidade do Sr.Raimundo Pinheiro da Silva, no período de 01/01 à 21/11/2010 – Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Anamã, exercício 2010, de responsabilidade do Sr.Jecimar Pinheiro Matos, no período de 22/11 à 31/12/2010– Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao Sr. Raimundo Pinheiro da Silva no valor de R\$ 1.096,03, com fulcro no art. 308, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pela impropriedade de nº 12, que deverá ser recolhida no prazo de 30



ACÓRDÃO Nº 48/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 48/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Aplicar Multa** ao Sr. Raimundo Pinheiro da Silva no valor de R\$ 2.192,06, com fulcro no art. 308, I, b, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pela impropriedade de nº 13, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.5. Aplicar Multa** ao Sr. Raimundo Pinheiro da Silva no valor de R\$ 17.536,48, com fulcro no art. 308, V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelas impropriedades 2.01; 2.02; 2.03; 2.04; 2.05; 2.06; 2.08; 2.09; 2.10; 2.11; 2.12; 2.13; 2.15; 2.17; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23 e 2.24 (itens da DICOP) e 1; 4; 5,6,7 (itens da DICAMI), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.



ACÓRDÃO Nº 48/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 48/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.6. Aplicar Multa** ao Sr. Raimundo Pinheiro da Silva no valor de R\$ 20.000,00, com fulcro no art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelas impropriedades 2.01; 2.02; 2.03; 2.04; 2.05; 2.06; 2.08; 2.09; 2.10; 2.11; 2.12; 2.13; 2.15; 2.17; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23 e 2.24 (itens da DICOP) e 3; 9; 10; 11 e 14 (itens da DICAMI), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.7. Aplicar Multa** ao Sr. Jecimar Pinheiro Matos no valor de R\$ 1.096,03, com fulcro no art. 308, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pela impropriedade de nº 12, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.8. Aplicar Multa** ao Sr. Jecimar Pinheiro Matos no valor de R\$ 2.192,06, com fulcro no art. 308, I, b, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pela impropriedade de nº 13, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei



ACÓRDÃO Nº 48/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 48/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.9. Aplicar Multa** ao Sr. Jecimar Pinheiro Matos no valor de R\$ 4.384,12, com fulcro no art. 308, V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelas impropriedades 2.01; 2.02; 2.03; 2.04; 2.05; 2.06; 2.08; 2.09; 2.10; 2.11; 2.12; 2.13; 2.15; 2.17; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23 e 2.24 (itens da DICOP), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.10 Aplicar Multa** ao Sr. Jecimar Pinheiro Matos no valor de R\$ 15.000,00, com fulcro no art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelas impropriedades 2.01; 2.02; 2.03; 2.04; 2.05; 2.06; 2.08; 2.09; 2.10; 2.11; 2.12; 2.13; 2.15; 2.17; 2.20; 2.21; 2.22; 2.23 e 2.24 (itens da DICOP) e 9; 10; 11 (itens da DICAMI), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.11 Considerar em Alcance** o Sr. Raimundo Pinheiro da Silva e determinar glosa no valor de R\$ 1.361.408,59, pelas impropriedades 2.02, 2.20, 2.21, 2.28, 2.16, 1, 2, 6 e 7 deste voto, fundamentado no art. 304, I da Resolução TCE 04/2002 c/c art. 53 da Lei 2.423/96, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Anamã;



ACÓRDÃO Nº 48/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 48/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.12 Considerar em Alcance** o Sr. Jecimar Pinheiro Matos e determinar glosa no valor de R\$ 1.080.918,69, pelos itens 2.04 e 2.16 deste voto, com fundamento no art. 304, I da Resolução TCE 04/2002 c/c art. 53 da Lei 2.423/96, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Anamã;
- 10.13 Conceder Prazo** ao Sr. Raimundo Pinheiro da Silva e ao Sr. Jecimar Pinheiro Matos de 30 dias para o recolhimento das multas e glosas que lhes foram aplicadas, com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02;
- 10.14 Recomendar** à Prefeitura Municipal de Anamã que:
- a) Proceda a manutenção dos documentos técnicos de serviços de engenharia nos arquivos da Prefeitura;
 - b) Atente à Lei Federal nº 6.496/1977 e a Resolução nº 1.025/2009, no que se refere à ART;
 - c) Observe com cautela a Lei nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000;
 - d) Observe com máximo rigor a Lei de Licitações e Contratos;
 - e) Apresente o PPA, LDO e LOA nos processos de Prestações de Contas;
 - f) Cumpra os prazos para remessa de dados eletronicamente quanto aos sistemas E-contas e GEFIS;
 - g) O Controle Interno funcione de forma eficiente;
 - h) Observe com maior zelo a Constituição Federal/1988;
- 10.15 Determinar** ao DEATV quanto aos convênios firmados no exercício, para que adote as medidas de controle devidas, na forma regimental;
- 10.16 Dar ciência** desta Decisão ao Sr. Raimundo Pinheiro da Silva, ao Sr. Jecimar Pinheiro Matos e à Prefeitura Municipal de Anamã;
- 10.17 Arquivar** o presente processo, após cumprimento do Decisório acima, nos termos regimentais.

11- Ata: 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 21 de Novembro de 2018



ACÓRDÃO Nº 48/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 48/ 2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).
- 13.1. Declaração de Impedimento:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.
- 14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente, em sessão

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral